



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

SETEMBRO DE 1993
Nº 54

Diretor responde a editorial de O Globo

Reproduzimos a seguir carta do Diretor José Machado Sobrinho, enviada ao jornal O Globo, em resposta ao editorial publicado no último dia 27, reproduzido no verso. Cópias da carta também foram encaminhadas a outros veículos de grande circulação.

“**N**o editorial de 27.07.93, intitulado ‘Petróleo: a última chance’, O Globo conseguiu reunir a explosiva mistura de desconhecimento e má fé.

Ao mesmo tempo em que defende a privatização da PETROBRÁS, utiliza, como argumento principal, as grandes reservas de petróleo da Venezuela e do México, países que praticam o monopólio estatal do petróleo.

Quanto aos comentários sobre as reservas de petróleo do Brasil e de outros países da América Latina, fica demonstrado que o escriba desse jornal deve conhecer tanto de geologia quanto nós entendemos de telenovelas. O petróleo é um bem mineral de ocorrência concentrada em algumas regiões por motivos geológicos, não por falta de investimentos, como insinuado no editorial. Vamos aos dados: 40% das reservas mundiais de petróleo estão concentradas em apenas 25 campos, de um total de 12.500 campos de petróleo no mundo, enquanto 80% das reservas concentram-se em apenas 338 campos. Para ilustrar ainda mais o argumento, podemos citar que, durante a década de 80, foram descobertas reservas da ordem de 347,4 bilhões de barris de petróleo no mundo e, deste total, 97% localizam-se nos países da Opep, com forte concentração no Oriente Médio. Em contrapartida, durante aquele período, menos de 10% dos investimentos mundiais em exploração foram realizados nos países do Oriente Médio (Oil & Gas Journal, junho/93). Estes dados mostram que o citado editorial, ao invés de informar, deforma.

Os EUA são o país onde mais se investe em pesquisa e desenvolvimento de campos de petróleo e, no entanto, suas reservas apresentaram declínio de cerca de 3% ao ano de 1992, enquanto, neste período, as reservas da PETROBRÁS aumentaram em 19%. A posição de vanguarda da PETROBRÁS na prospecção e desenvolvimento de reservas de petróleo em águas profundas é prova irrefutável do seu nível de avanço tecnológico.

Sua performance na pesquisa e produção de petróleo em águas profundas é ressaltada em todos os quadrantes do mundo; o êxito e a eficácia alcançados nesta área de atividade levaram a Offshore Technology Conference (OTC) a identificá-la, em 1992, como a sociedade que mais contribuiu, mundialmente, para o avanço tecnológico neste setor de atividades petrolíferas. Este é o prêmio nobel do petróleo. É o coroamento de uma atuação permanente e pertinaz, que O Globo, em sua reconhecida parcialidade, não vê, nega e deforma. Prega, oportunisticamente, a reforma da Constituição, aspirando à revogação do artigo 177, alardeando que o Brasil necessita livrar-se do monopólio e valer-se da experiência alienígena para explorar suas ricas reservas de petróleo. Enquanto isso, silencia canhestadamente e escamoteia a informação de que, entre 1977 e 1988, quando vigoravam normas compatíveis com os denominados contratos de risco — e O Globo não ignora, mas não divulga —, foram celebrados com as multinacionais 243 contratos de tal natureza, e as companhias estrangeiras não descobriram, sequer, uma gota de óleo.

Por acaso, os defensores da privatização da PETROBRÁS acham que as empresas multinacionais de petróleo teriam instalado no país um centro de pesquisas como o Cenpes, instituição que teve importância fundamental na capacitação da PETROBRÁS para operação em águas profundas?

É inegável que o nível de investimentos é um fator de importância crucial na indústria do petróleo, mas

é impossível modificar a geologia de uma região com investimentos!

A PETROBRÁS, por sua trajetória de sucesso, impôs-se à respeitável convivência no cosmo do petróleo. Figura no elenco das 12 maiores organizações que pontificam nesta seção de labor incessante e diligente. Não é causa de estagnação; pelo contrário, concorre, de modo dinâmico, para o crescimento industrial não excludente e para a multiplicação de empregos. Compra equipamentos e contrata serviços de mais de cinco mil empresas nacionais. É titular do oitavo parque mundial de refino. Não é dependente do Tesouro Nacional. Deste é credora pelo quantitativo aproximado de US\$ 4 bilhões. Investe seus lucros no país. Recolheu, no exercício passado, aos cofres do erário público, federal, estadual e municipal, à guisa de tributos, quantia correspondente a cerca de US\$ 4,5 bilhões. Tudo isto nada significa para O Globo, sempre pronto e solícito no patrocínio de propostas antinacionais. Agora mesmo socorre-se de uma leviana e caricata ameaça do Times, transformando-a em pedestal para ameaçar e agredir o Governo e o Congresso Nacional e defender o exdrúculo entendimento de que o mais indicado processo para romper os grilhões que nos amarram à pobreza e ao subdesenvolvimento é o Brasil renunciar ao monopólio estatal do petróleo.

Ao violentar a soberania nacional, é incrível que

este editorial tenha se baseado em reportagem de um jornal norte-americano. Na opinião d’O Globo, quem é o responsável pelos destinos, a soberania e os interesses nacionais é o *New York Times*? O Banco Mundial? O Banco Interamericano ou o próprio O Globo? A verdade é que O Globo endossa todas as posições do *New York Times*.

A defesa da PETROBRÁS prescinde de rígidas facções ideológicas e doutrinárias. Sua vitória finca fundas raízes no racional desempenho de atividades não-predatórias, objeto de rígidas definições técnicas, responsáveis pela pujança que projeta o monopólio do petróleo como vigoroso instrumento a favor de nossa emancipação econômica e de nossa soberania política. Finalmente, quero dizer, não há nacionalistas radicais ou liberais. Nacionalistas são todos os que defendem e sustentam as aspirações nacionais e combatem a política imperialista das grandes nações industrializadas, a ação dos monopólios multinacionais e a dependência financeira e tecnológica do Terceiro Mundo. E eu, como Diretor da PETROBRÁS, sinto-me, sobremaneira, honrado de estar incluído entre eles.

José Machado Sobrinho,
Presidente em Exercício

Petróleo: a última chance

Embora tenha o Brasil o terceiro maior volume de reservas de petróleo da América Latina — 3,6 bilhões de barris, atrás apenas da Venezuela e do México — necessita importar cerca da metade do combustível diariamente consumido.

Enquanto despenderá o Brasil, este ano, mais de US\$ 3 bilhões em petróleo estrangeiro, os outros países da região, como Argentina, Venezuela e Colômbia — que abriram suas jazidas a investimentos externos — estão, ao contrário, até recebendo divisas pela exportação do produto.

Em ampla reportagem do seu correspondente no Rio, James Brooke, o “New York Times” esclarece que o Brasil, “maior país da América Latina, tem a política de petróleo mais conservadora da região”.

Após referir-se à bem-sucedida privatização da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), da Argentina, o “Times” informa que já há 23 empresas estrangeiras interessadas na privatização, próxima, da Petroperu.

Segundo o jornal americano, nas condições atuais, a Petrobrás terá poucas esperan-

ças de, na década de 90, atingir o objetivo declarado de aumentar a produção para garantir a auto-suficiência. Observa, porém, que, a partir de outubro, terá o Congresso oportunidade de modificar a Constituição, para propiciar a participação de investimentos estrangeiros na exploração do petróleo.

Assegura também o “Times” que as grandes organizações financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), somente darão crédito para o projeto do gasoduto da Bolívia para São Paulo, Rio e Belo Horizonte, orçado em US\$ 2 bilhões, se a Petrobrás não exigir o controle do empreendimento.

A reportagem do principal jornal americano deve servir de alerta ao Governo e ao Congresso Nacional. De fato, a revisão da Constituição — combatida pelos nacionalistas radicais — pode ser a última oportunidade que se oferece ao Brasil para se valer das suas ricas reservas de petróleo, e, antes mesmo da virada do século, livrar-se da pobreza e do subdesenvolvimento.

À
Diretoria da AEPET (17/8/93)
Prezados Senhores,

Conforta, encoraja e estimula constatar a cívica repercussão e a generosa acolhida dispensadas a nossa manifestação, quando ocupante eventual do cargo de Presidente da PETROBRÁS, acerca de editorial divulgado pelo jornal "O GLOBO", em sua edição de 27 de julho do ano em curso.

Estamos convencidos, com o mais nobre sentimento de dignidade pessoal, que naquela oportunidade restringimo-nos ao simples cumprimento de um dever indeclinável, implícito ao cargo, mesmo que o ocupante exerça-o em condições fortuitas.

Diversos não poderiam ser o posicionamento e a postura de quem foi agalardoado pela honra de, na década de cinqüenta, haver participado, ao lado do povo brasileiro, do patriótico movimento de âmbito nacional, onde encontram origem e fincam fundas raízes o monopólio estatal do petróleo e a PETROBRÁS, órgão de execução, aquele e esta, conquistas intocáveis e instrumentos vigorosos a favor da emancipação econômica e da soberania pátrias.

Aproveitamos o ensejo para, ao lado de profundos e legítimos agradecimentos, conclamar, com sua qualificada e indispensável aliança e ajuda, sobretudo, efetiva e atuante co-participação, patrícios de todos os quadrantes para a indispensável mobilização suprapartidária, em defesa e salvaguarda do que de mais expressivo integra o patrimônio conquistado por representativos segmentos de comunidade brasileira.

Defender o monopólio estatal do petróleo e a PETROBRÁS é elevada e substantiva modalidade de servir bem ao Brasil.

Cordialmente,
José Machado Sobrinho
Diretor

No caso da AEPET, não se trata de conclamar à luta, pois, esta jamais serenou nessa entidade. Ampliá-la, porém, encontrando, juntamente com outras sociedades civis, a melhor forma e solução para atingir, de imediato, o povo.

As forças vivas da nacionalidade devem ser despertadas e mobilizadas para que, efetivamente, se possa influir sobre o Congresso, o qual, mais uma vez, insisti em exercer o poder constituinte, originariamente, ilegítimo.

Presidência da AEPET (12/8/93)

Prezado Senhor,

Li com prazer a carta endereçada a "O GLOBO" e congratulo-me com a AEPET pelos termos precisos com que são examinadas as atividades da Companhia, suas relações com o mercado nacional e as dimensões da sua contribuição para a economia do País.

Os privatistas por interesse têm uma singular apreciação do que significa a Petrobrás. Aparentemente, são masoquistas, pois experimentam com a presença, na economia, da empresa privada — preferentemente estrangeira — um prazer doentio, já que não desconhecem os sacrifícios que ordinariamente acompanham os capitais ambulantes e descompromissados com a comunidade em que se instalem.

Atenciosamente,

José Machado Sobrinho
Diretor

Ao

Ilmo. Sr.

José Machado Sobrinho
Diretor da Petrobrás (18/8/93)
Senhor Diretor

Gostaríamos de parabenizá-lo por sua carta enviada ao jornal "O GLOBO", em 30 de julho, em que com lucidez e veemência defende o monopólio estatal do petróleo e a Petrobrás, um patrimônio do povo brasileiro. São de pessoas como o Senhor, que não têm vergonha de se declararem nacionalistas, que o Brasil está precisando.

Nós, da Diretoria da AEPET-BR — entidade que tem em seu estatuto a defesa do Sistema Petrobrás, sentimo-nos honrados em ter como executivo da "holding" alguém que compreende que "a defesa da PETROBRÁS prescinde de rígidas facções ideológicas e doutrinárias" e que o monopólio estatal do petróleo é um "vigoroso instrumento a favor de nossa emancipação econômica e de nossa soberania política".

Respeitosamente,

Renato Marques de Oliveira
p/Diretoria do AEPET-BR